
AS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS E O FLUXO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO

NEWS AGENCIES AND THE INTERNATIONAL FLOW OF INFORMATION

AGENCIAS DE NOTICIAS Y EL FLUJO INTERNACIONAL DE INFORMACIÓN

SAMANTHA VIANA CASTELO BRANCO ROCHA CARVALHO

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Resumo: Entre as vertentes de pesquisas desenvolvidas na área de comunicação internacional, um dos relevantes temas envolve a questão do fluxo da informação e da comunicação, especialmente no século XX, quando as agências internacionais de notícias se colocam como protagonistas do processo de coleta, produção e distribuição de informações noticiosas em escala global. Assim, objetiva-se fomentar as reflexões em torno do papel dessas agências, buscando compreender como a atuação de tais empresas contribuiu para concretizar, no panorama mundial, um cenário de desequilíbrio do fluxo informativo, com consequências significativas na atualidade.

Palavras-chave: Agência de notícias. Comunicação internacional. Fluxo de informação.

Abstract: Among the many kinds of research developed in international communication area, one of the most relevant issues is the flow of information and communication, especially in the twentieth century, when international news agencies put themselves as protagonists of the news gathering process, production and distribution of news information on a global scale. Thus, it is necessary to increase reflections on the role of these agencies, seeking to understand how the conduct of such companies contributed to materialize on the global scene a scenario of unbalanced information flow with consequences and impacts on society today.

Keywords: News agency. International communication. Flow of information.

Resumen: Entre las líneas de investigaciones desarrolladas en el área de la comunicación internacional, uno de los temas relevantes involucra la discusión del flujo de información y comunicación, especialmente en el siglo XX, cuando las agencias internacionales de noticias se convierten en protagonistas en el proceso de recopilación, producción y distribución de información de noticias a nivel global. Por lo tanto, el objetivo es alentar reflexiones sobre el papel de estas agencias, buscando comprender cómo el desempeño de tales compañías ha contribuido a materializar, en el panorama mundial, un escenario de desequilibrio en el flujo de información, con consecuencias significativas en la actualidad.

Palabras clave: Agencia de noticias. Comunicación internacional. Flujo de información.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação internacional configura-se, atualmente, como uma das importantes vertentes do campo das ciências da Comunicação. É inegável a relevância de estudos nessa área, em uma época na qual se pode observar a rapidez dos avanços tecnológicos e a existência de acordos internacionais que estão se firmando não só nas áreas de política e economia, mas também aqueles que envolvem a própria mídia.

Nesse cenário, um dos relevantes temas de pesquisa na área de comunicação é a questão do fluxo internacional da informação e da comunicação. Um marco importante para as investigações se firma a partir do protagonismo das agências de notícias europeias e norte-americanas no século XIX e, com mais intensidade no século XX, com o domínio, por parte dessas entidades, do processo de coleta, produção e distribuição de informações noticiosas em escala global. Esse domínio se consolida atrelado à organização das redes de comunicação em escala global, possibilitada pelo desenvolvimento de tecnologias utilizadas para dissociar a comunicação do transporte físico das mensagens (THOMPSON, 2014).

Historicamente, a função das agências de notícias na engrenagem do cenário midiático era levar para os veículos jornalísticos informações que tais empresas não poderiam obter por conta própria, diante de entraves como a distância geográfica e a indisponibilidade de recursos financeiros, tecnológicos e/ou humanos.

A eficácia da atuação das agências fez com que se firmassem como fontes significativas para a imprensa, possibilitando a divulgação de informações sobre fatos com ocorrência em territórios fora da área de cobertura das empresas jornalísticas. De acordo com Pedro Aguiar (2017), em questão de décadas, essas empresas se tornaram gigantes da comunicação internacional, “controlando – a partir de suas sedes em Londres, Paris ou Nova York – grande parte dos fluxos internacionais de informação”.

O monopólio exercido por essas agências, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento da Guerra Fria, passou a ser compreendido como um entrave ao livre fluxo informativo, uma vez que as notícias por elas distribuídas

representavam os interesses dos países do Primeiro Mundo, em detrimento de visões que poderiam ser externadas a partir de países periféricos.

O ápice dos questionamentos acerca dessa problemática se deu a partir do Relatório McBride, concluído em novembro de 1979 e que serviu de base para a aprovação, durante a XXI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que aconteceu em Belgrado, em 1980, dos doze princípios da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC). As diretrizes desse documento, face ao intercâmbio assimétrico Norte / Sul no que se referia aos fluxos culturais e informacionais, atestavam a necessidade de eliminação das disparidades na comunicação mundial (MATTELART, 2004).

A partir dessas colocações, objetiva-se refletir sobre o papel das agências internacionais de notícias, buscando-se compreender como a atuação dessas empresas - especialmente a partir de sua gênese, no século XIX, e o desenrolar de suas atividades, no século XX - contribui para concretizar, no panorama mundial, um cenário de desequilíbrio do fluxo de informações, com consequências significativas na atualidade.

Para concretização dos objetivos propostos, realizou-se estudo de cunho qualitativo, recorrendo-se à pesquisa bibliográfica. O artigo apresenta, inicialmente, um resgate histórico do nascimento das primeiras agências e, posteriormente, discute a questão do desequilíbrio do fluxo informativo.

2 AS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NOTÍCIAS

No tocante aos produtos da indústria cultural, do ponto de vista histórico, o livro foi o primeiro a ultrapassar as fronteiras nacionais, dando origem, na Europa, a partir do surgimento das primeiras gráficas, ao processo de circulação internacional. Durante a segunda metade do século XV, as técnicas de impressão, originalmente desenvolvidas por Gutenberg, se espalharam pelos centros urbanos europeus.

John B. Thompson (1998) relata que, entre essas primeiras gráficas, encontra-se a de Anton Koberger, que fundou seu estabelecimento em Nüremberg em 1470. Como a demanda acabou por extrapolar a capacidade de sua fábrica, Koberger

associou-se a colegas de outras cidades, o que originou uma rede para o comércio dos livros produzidos, com representantes em Frankfurt, Leipzig, Viena, Budapeste, Varsóvia, Florença e Paris, por exemplo.

O aperfeiçoamento das técnicas gráficas permitiu a criação, em 1615, na Alemanha, do jornal *Frankfurter Oberpostanants Zeitung*, considerado o primeiro do mundo. Raymond Williams (2000) afirma que, a partir daí, a consolidação da imprensa foi impulsionada por fatos relevantes como a transmissão de mensagem telegráfica (1844), o envio de mensagem telefônica (1876) e a invenção do cinema (1894). Essa evolução permitiu a primeira transmissão radiofônica, em 1920, nos Estados Unidos, mesmo país que implantou a televisão comercial, em 1941.

O desenvolvimento da imprensa e dos meios de transmissão de mensagens propiciaram o nascimento de um novo componente à divulgação e comercialização de informações: as agências internacionais de notícias, uma das formas mais tradicionais de comunicação internacional.

O surgimento dessas agências está atrelado, no bojo do desenvolvimento do capitalismo, à proposta de **coleta, síntese e difusão de materiais noticiosos para os meios de comunicação. Embora anteriormente, de acordo com Thompson (1998),** materiais impressos fossem transportados por grandes distâncias e para além das fronteiras de Estados, é no curso do século XIX que o fluxo internacional de informação e de comunicação assume uma forma muito mais extensiva e organizada, processo associado ao desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação (TIC).

As agências de notícias emergem, portanto, impulsionadas pelo crescimento industrial que propiciou o rápido desenvolvimento da imprensa e dos meios de transmissão de mensagens, especialmente o telégrafo elétrico, por volta de 1830. Nessa época, a rivalidade entre os jornais acirrava a competição pela notícia e por informações mais rápidas. Nesse caso, as agências de notícias trabalhavam estreitamente ligadas à imprensa, fornecendo aos jornais dados e informações que poderiam ser impressas e difundidas para uma grande audiência.

Segundo Mário Erbolato (1991), a primeira agência de notícias – Havas – foi criada em Paris (França) por Charles Havas, em 1835, o que só foi possível graças à montagem de uma espécie de escritório de tradução, o *Correspondance Garnier*, que,

aos poucos, tornou-se realmente uma agência que coletava extratos de vários jornais europeus e os entregava diariamente à imprensa francesa. Cinco anos depois de sua implantação, a Havas começou a fornecer notícias também a clientes de Londres e Bruxelas.

Ainda nos anos de 1840, serviços similares foram instalados em Londres (Inglaterra), por Paul Julius Reuter, com a criação da Reuters e, em Berlim (Alemanha), por Bernard Wolff, instituindo a agência Wolff. Bernardo Kucinski (1996, p. 160) destaca que a história das grandes agências coincide com a própria história dos impérios econômicos: “A Reuters fez durante muito tempo espionagem para o Império Britânico e recebeu da Coroa britânica o privilégio de acesso a toda a correspondência entre a chancelaria e sua possessão na Índia.”

A competição entre as três agências se intensificou na década de 1850, marcada pela disputa por novos clientes e expansão de sua atuação. Para evitar maiores conflitos, as agências optam por uma divisão do mundo em territórios exclusivos, o que resultou no Tratado de Agências Aliadas¹, refletindo os arranjos do imperialismo europeu. Assim, Paul Julius Reuter ganhou os territórios do império britânico e o Extremo Oriente; Charles Havas dominou império francês, Itália, Espanha e Portugal; enquanto Bernard Wolff obteve a Alemanha, Áustria, Escandinávia e os territórios russos.

Quanto ao funcionamento dessas agências de notícias, Thompson esclarece que “cada agência trabalhava estreitamente ligada às elites políticas e comerciais das nações que lhes serviam de sede, desfrutando certo grau de patronato político e fornecendo informações que eram valiosas para a administração do comércio e da diplomacia.” (1998, p. 140).

É mister ressaltar que até o início da Primeira Guerra Mundial, essas três agências dominaram o sistema internacional de coleta e difusão de notícias. Thussu (2006) coloca que Reuters, Havas e Wolff eram subsidiadas por seus respectivos Estados e, em similar sentido, Shrivastava (2007, p. 153) ressalta, de forma mais

¹ A literatura não oferece concordância quanto à data de fechamento do acordo que resultaria no cartel das agências europeias. Enquanto Mattelart (1994) elenca o ano de 1870, Boyd Barrett (1980) e Shrivastava (2007) explicam que houve um conjunto de acordos até que o cartel fosse completamente delineado com a exclusão de agências nacionais de menor porte nascidas em regiões de países como Alemanha, Inglaterra e Itália. No início de 1870, representantes das três agências europeias se reuniram para assinar o acordo de partilha do globo, batizado de Tratado de Agências.

específica, que a Reuters, era “uma instituição nacional e imperial”. O Estado, portanto, atuou no processo de criação da rede mundial de telecomunicações, fornecendo subsídios às próprias agências e, também, às companhias de telégrafo e demais peças que construíam a infraestrutura física (*hardware*) utilizada pelos sistemas de transmissão de informações (*software*).

Além das agências europeias, autores como Boyd-Barrett (1980), destacam o surgimento de duas agências americanas, a Associated Press (AP), cooperativa criada em 1848² por seis jornais diários de Nova York, e a United Press Associated (UPA), fundada por E. W. Scripps, em 1907, mas posteriormente transformada em United Press International (UPI). A Associated Press se uniu ao cartel europeu em 1893, quando passou a fornecer às agências europeias informações da América em troca da exclusividade de distribuição, nos Estados Unidos, de tais notícias. Já a United Press Associated montou escritórios na América do Sul para vender notícias a esse mercado. Até o término da Primeira Guerra Mundial, as duas agências norte-americanas já haviam expandido suas atividades para todo o mundo, configurando-se em crescente ameaça ao cartel europeu.

Não demorou muito para que as agências europeias tomassem decisões para reverter o quadro de concorrência. Em 1934, a Reuters assinou um acordo com a AP, o que permitiu às agências americanas a coleta e a distribuição de notícias em todo o mundo. Dessa forma, enquanto as americanas se expandiam aceleradamente e a Reuters mantinha posição relevante no mercado global, as outras duas agências europeias passavam por momentos delicados. A Havas foi dissolvida, embora tenha sido substituída por uma nova agência, a Agence France Press (AFP). Em contrapartida, o advento do nazismo e a derrota da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial acabaram por provocar um declínio na influência da Wolff no cenário internacional, o que levou ao término de suas atividades.

Nesse cenário, as quatro maiores agências – Reuters, AP, UPI e AFP – mantiveram suas posições de líderes no sistema internacional de informações, embora

² Vale ressaltar que, embora a data atribuída à fundação da entidade que seria o embrião da *Associated Press* seja o ano de 1848, como registrado por Boyd-Barrett (1980), Mattelart (1994) e Shrivastava (2007), dentre outros, a própria AP informou, em 2005, que documentos dos seus jornais fundadores indicavam que a entidade havia sido fundada dois anos antes, em maio de 1846.

outras agências, como a TASS e a Deutsche Presse Agentur, tenham surgido com menor penetração no mercado internacional.

Quatro agências apenas, todas sediadas nos países centrais, dominam o mercado internacional, gerando em conjunto mais de 30 milhões de palavras por dia. Sua importância é decisiva na definição da agenda jornalística e, portanto, na própria ideologia do jornalismo. (KUCINSKI, 1996, p. 159).

Esse quadro se manteve praticamente inalterado até provocar, na década de 1970, estudos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

3 OLHARES SOBRE O DESEQUILÍBRIO DO FLUXO INFORMATIVO

Diversas contribuições teóricas, estudos críticos realizados a partir do final da década de 1960, passaram a denunciar a existência de um fluxo contínuo de informações no sentido Norte-Sul e a entender esse desequilíbrio informativo como um processo que acompanhava o comércio global de mercadorias tangíveis.

A primeira pesquisa nesse sentido é atribuída a Lasswell, que, em 1927, fez um estudo refletindo sobre a propaganda em época de guerra. Nas décadas seguintes, outros pesquisadores procuraram compreender a comunicação para além das fronteiras nacionais, reflexo da nova organização geográfica estabelecida pela Segunda Guerra Mundial e, ainda, pela configuração bipolar que marcava a disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria, havendo também espaço para os estudos acerca do cenário latino-americano.

Uma das mais expressivas obras sobre a questão é *Pueblos sub-informados*, de Eleazar Díaz Rangel (1966), que, entre outros aspectos, se dedica à análise do papel das agências em países da América Latina.

O método preferencial desses estudos era a prospecção de notícias originadas em agências e reproduzidas em páginas de jornais diários, geralmente na seção Internacional, e medindo, em porcentagens, a proporção que cabia às agências transnacionais (na época, Reuters, AFP, AP e a UPI, esta última hoje inexpressiva) dentro do conjunto de assuntos publicados. Em geral, encontravam porcentagens que variavam entre 60% e 90%, indicando alta dominação e dependência da imprensa do “Terceiro Mundo” em relação aos fluxos de informação provenientes do “Primeiro Mundo”. (AGUIAR, 2017, p. 4).

Díaz Rangel, em obra posterior, afirma que foram os europeus os principais responsáveis em formar a imagem dos países latino-americanos até o final do século XIX:

Os homens carregam pedras preciosas no rosto e no peito: ninguém possui nada próprio, porque todos os bens são daquilo que é comum. Os homens possuem tantas mulheres quantas quiserem, sejam elas mães, irmãs ou amigas, sem distinção. Lutando entre eles, comem-se uns aos outros, inclusive aqueles que mataram e penduraram a carne para defumá-la. Podem viver até cento e cinquenta anos de idade [...] (DÍAZ RANGEL, 1991, p. 15-16).³

Outra significativa contribuição diz respeito aos estudos desenvolvidos no Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), ligado à Unesco e com sede em Quito (Equador). As primeiras críticas provenientes desse centro são publicadas em 1967. Díaz Rangel relata alguns dados da referida publicação, a qual analisa o papel das agências de notícias internacionais em veículos latino-americanos:

No que diz respeito às fontes de notícias publicadas, a metade (49,5%) foi fornecida pela agência UPI; 29,8%, pela AP, e 13,4% pela AFP. Ou seja, 9,2% de cada dez informações chegaram destas três agências e oito entre cada dez, das agências norte-americanas. Alguns jornais possuíam absoluta dependência de uma só delas, seja a UPI, que servia a 22 periódicos (ou jornais) ou a AP. (DÍAZ RANGEL, 1991, p. 224).⁴

A história da informação internacional revela, nesse momento, a fragilidade da América Latina frente às grandes potências no que tange à circulação de notícias para o resto do mundo. A chegada das agências de notícias ao que viria a ser denominado de Terceiro Mundo provocou, a partir do poder de determinar nesse território o que deveria ser noticiado e como, sérias consequências políticas e culturais. Dantas (2002) salienta que essas agências internacionalizaram um tipo de jornalismo, então nascente nos Estados Unidos e na Europa, que valoriza o imediato, o extraordinário, o sensacional, o superficial, o bizarro, ignorando as articulações dos fatos, os processos sociais, as diferenças culturais e históricas entre os povos.

³ Tradução de Verônica Aravena Cortez.

⁴ Tradução de Verônica Aravena Cortez.

Por outro lado, as informações recebidas pelos povos latino-americanos eram, em grande parte, provenientes da Europa e obedeciam à versão dos espanhóis sobre os acontecimentos. Depois dos espanhóis, em 1876, os franceses obtiveram o monopólio do fluxo da informação na América Latina, por meio da agência de notícias Havas, que atuou no continente durante 42 anos. Essa situação não foi modificada pelos latino-americanos, mas sim pelas agências de notícias dos Estados Unidos com intensificação de sua penetração quando da configuração bipolar que o mundo adquiriu após a Segunda Guerra Mundial.

Ainda na década de 1960, emerge, nos Estados Unidos, uma contribuição crítica que denuncia o imperialismo da mídia norte-americana. O livro “O Império Norte-Americano das Comunicações”, de Herbert Schiller (1968), tornou-se um clássico acerca da dominação estadunidense na área da informação e da comunicação. Em sua obra, o autor encara o sistema comunicacional norte-americano como um valioso suporte para a política externa e para o projeto econômico de hegemonia mundial.

Tendo como alvo principal as agências transnacionais, a teoria do imperialismo de mídia, é entendida como o processo em que propriedade, estrutura, distribuição ou conteúdo dos meios de comunicação de massa ficam submetidos, em determinado país, a fortes pressões por parte da mídia que representa os interesses de um ou vários países (MATTELART, 1996). Há, portanto, marcante presença de um fluxo contínuo unidirecional Norte-Sul, além de uma cobertura regular sobre o cotidiano e os processos políticos, econômicos e culturais a partir de uma ótica primeiromundista.

As agências forneceram e seguem fornecendo, a essas elites, uma única imagem do mundo, imagem com a qual todos devem se identificar, se querem parecer “desenvolvidos”. Até mesmo os membros mais críticos e reformadores das elites locais acabaram conformados a reduzir suas opções políticas e históricas aos limites preestabelecidos pela cultura colonialista hegemônica. (DANTAS, 2002, p. 130-131).

Para Boyd-Barrett (1980, p. 194), entre as causas estruturais do desequilíbrio no fluxo internacional de informação encontra-se a “falta de recursos” das agências nacionais dos países subdesenvolvidos, entidades que não possuíam atuação capaz de equilibrar esse fluxo. Além disso, o autor esclarece que a insuficiência de recursos se

dava por conta da situação de “empobrecimento dos mercados locais na maior parte das regiões do Terceiro Mundo”.

Em 1974, os pesquisadores finlandeses, Karl Nordestreng e Tapio Varis, financiados pela Unesco, analisam o fluxo dos programas de televisão em 57 países. A pesquisa mostrou a hegemonia dos programas de origem norte-americana, caracterizando assim, de forma empírica, o sentido do fluxo - países desenvolvidos para os de Terceiro Mundo.

Por sua vez, em 1977, Fernando Reyes publica o livro *La información en el la nueva ordem internacional*, reunindo artigos que versavam sobre temas como a estrutura transnacional de poder e a informação internacional, a evolução histórica das agências de notícias e sua inserção nos países periféricos.

Observa-se que a teoria do imperialismo cultural e de mídia gozava, assim, de grande prestígio, principalmente na América Latina, entre os anos 1960 e 1970. Uma nova realidade, que fragiliza tal teoria, vai começar a se erguer nas décadas seguintes, especialmente por conta do desenvolvimento da produção televisiva em alguns países da América Latina, como México, Brasil, Venezuela e Argentina, o movimento denominado, por Boyd-Barrett e Thussu (1992), de contrafluxo.

É mister ressaltar que, apesar da constatação da existência desse fluxo em outro sentido, pesquisas mais recentes, como aquelas que giram em torno de conflitos internacionais travados na contemporaneidade, apontam, para a permanência da hegemonia dos conglomerados ocidentais midiáticos na pauta mundial, mesmo em uma época em que a Internet permite a existência de múltiplas fontes de divulgação. Tal constatação encontra-se, por exemplo, na tese de doutorado intitulada “Para ler a guerra na Síria: a construção do consenso na cobertura da mídia global”, de Babel Hajjar (2016).

Ainda que as reflexões expostas neste artigo se voltem a examinar o cenário mundial até o final do século XX e, por outro lado, diante da diversidade temática observada hoje na área de comunicação internacional, é interessante perceber que ainda são produzidos estudos que apontam para a permanência da questão do controle da cobertura jornalística internacional e da disseminação de informações por determinadas agências. É o caso de mapeamento realizado considerando 233 agências

do globo que indica que “a cobertura das agências de notícias continua concentrada geograficamente nas regiões mais ricas do mundo – a saber, a Europa Ocidental, a América do Norte e o Japão –, enquanto vastas áreas do Sul Global são pouco abrangidas.” (AGUIAR, 2017)⁵.

A maior presença de escritórios das agências internacionais de notícias e de seus jornalistas em países de influência econômica e política endossam sua posição como pontos difusores de informação, havendo um fluxo intenso de informações, em regra, das regiões mais ricas do planeta para as demais.

Mas, retomando o recorte temporal estabelecido para este artigo, é interessante resgatar que, já no final da década de 1970, o debate na área de comunicação internacional apontava para a necessidade de estabelecimento de uma nova ordem mundial informativa.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DA NOMIC

Na década de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão da ONU, exerceu um papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas em comunicação internacional e na discussão de uma nova ordem mundial informativa.

O cenário apontava para o domínio das agências internacionais de notícias no que se refere ao fluxo informativo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a instauração da Guerra Fria, o monopólio exercido pelas agências configurou-se no mais relevante problema da área de comunicação internacional. O ápice dos questionamentos e conflitos entre os países desenvolvidos e os ditos subdesenvolvidos foi a lista de propostas surgidas a partir do Relatório McBride, elaborado entre dezembro de 1977 e novembro de 1979, no cenário de dimensão bipolar (LATOURET, 1994) que caracterizava a Guerra Fria:

⁵ O levantamento faz parte de uma pesquisa realizada pelo autor sobre as agências de notícias do Sul Global, ou seja, países em desenvolvimento da África, Oriente Médio, Ásia-Pacífico, Eurásia, América Latina e Caribe, somados aos ditos “países emergentes”, como Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Turquia, México e Indonésia.

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBBSAWM, 1995, p. 224).

Os meios de comunicação exerceram papel fundamental nessa nova fase. Fadul (1998) assinala que a criação de jornais, revistas, rádios e até mesmo de canais de TV foram estratégias utilizadas para convencer os adversários da adequação e justeza do modelo político e econômico adotado. Entre os exemplos clássicos estão, segundo a autora, as rádios em ondas curtas que todas as grandes potências criaram, como Voz da América (EUA) e Voz da China (China), com serviços especializados em dezenas de línguas estrangeiras.

Sobre esse período pós-segundo-grande-conflito, Otávio Ianni (1996) ressalta sua importância para a implantação da globalização:

[...] a contra-revolução mundial embutida na guerra fria favoreceu a criação e o desenvolvimento de indústrias em nações subdesenvolvidas, agrárias, periféricas do Terceiro Mundo. Inicialmente, desenvolveram-se políticas de industrialização substitutivas de importação e, depois, de industrialização orientada para a exportação, sendo que em vários casos combinam-se as duas políticas. Em poucas décadas, muitas nações asiáticas, latino-americanas e africanas ingressaram no sistema industrial mundial. As empresas, corporações e conglomerados transnacionais desenvolveram-se e generalizaram-se. Intensificou-se o movimento de capital, tecnologia e força de trabalho. Formaram-se e expandiram-se as alianças estratégicas, os centros e os sistemas decisórios. Emergiram as cidades globais, como elos e polarizações fundamentais da sociedade global, muitas vezes os lugares privilegiados das estruturas globais de poder. (IANNI, 1996, p. 23-24).

Frente a esse crescimento industrial e suas consequências, emergem também algumas preocupações relacionadas ao processo de difusão de informações em termos mundiais. Respaldados pela teoria do “livre fluxo da informação ou “doutrina da livre circulação de informação” – defendida, na década de 40, por diretores de jornais e de

agências norte-americanas – e inconformados em dividir o mercado com as agências europeias, antes mesmo de deflagrada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos já haviam absorvido o problema da livre circulação da informação como uma questão política.

De acordo com Herbert Schiller (1980), os republicanos consideravam que todos os canais de informação deveriam permanecer abertos e o acesso à informação deveria ser igual para todos. Com esses argumentos, a proposta republicana era a de um acordo com os países estrangeiros para adoção dessa diretriz, o que poderia significar um grande passo para a paz entre as nações.

Em 1944, as matérias publicadas no jornal *New York Times* demonstravam que a ideia do livre fluxo da informação era apoiada não só pelo setor da imprensa, mas já havia conquistado a própria população do país. A Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, realizada em Chapultepec, México, em 1945, representou o primeiro encontro oficial em que se discutiu a questão da circulação de notícias. Tirou-se como resultado que as repúblicas americanas deveriam fomentar o livre intercâmbio de informação entre seus povos, aceitando o princípio de livre acesso a todas as fontes de informação, visando garantir que se estabelecesse em todo o mundo o princípio de livre tratamento e recepção da informação. Na prática, essa decisão beneficiou unicamente os Estados Unidos, único país dentre os participantes com maior capacidade para fazer circular mensagens em grande escala.

Ao término da Segunda Guerra, a proposta americana – já disseminada entre a maioria dos países que formavam a Organização das Nações Unidas – ganhou força com a realização, no período de 25 de março a 21 de abril de 1948, em Genebra, Suíça, da Conferência sobre Liberdade de Informação, que acabou por aprovar a aplicação internacional do princípio de “livre fluxo de informação” nos moldes norte-americanos⁶. Por trinta votos contra um, além de cinco abstenções, a ideia defendida pelos Estados Unidos foi definitivamente aprovada através da Resolução 59, que já havia sido colocada em pauta em uma Assembleia Geral, em 1946.

⁶ É importante lembrar que, nessa época, os Estados Unidos estavam colocando em prática o Plano Marshall, que objetivava a recuperação da Europa (HOBSBAWM, 1995, p. 237). Essa estratégia, de certa forma, colocava a nação norte-americana em uma posição privilegiada frente a diversos países que estavam discutindo, nesse momento, o problema do fluxo de informação no mundo.

Para explicar melhor o domínio norte-americano na pauta de discussão da reunião de Genebra, recorre-se à obra de Herbert Schiller (1980), na qual se encontra uma análise relevante a partir da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz (1945):

Cinquenta países estavam representados nas primeiras reuniões das Nações Unidas em 1945, ou seja, mais da terça parte do número atual de participantes (138). Sobre esses cinquenta, 2/5 eram países latino-americanos, então quase que completamente submetidos às pressões norte-americanas. Os Estados membros da Europa Ocidental estavam economicamente exangues, politicamente instáveis e dependiam em grande parte da ajuda econômica dos Estados Unidos. Os poucos países do Oriente próximo, da Ásia e da África, presentes, estavam, com poucas exceções, submetidos de fato ao sistema imperialista ocidental. Em resumo, as Nações Unidas em 1945-1948, longe de ser um organismo universal, e ainda menos, independente, distinguiam-se por ‘uma maioria automática’ que era invocada cada vez que seus principais administradores de fundos e seus membros economicamente mais poderosos precisavam utilizar. (SCHILLER, 1980, p. 107).

De fato, o conceito de “livre fluxo da informação” resultou em instrumento para maior penetração cultural nas sociedades “subdesenvolvidas”, nesse caso, um mercado sem entraves. Juan Somavía (1979) observa que, assim, as agências teriam o direito de selecionar o que deveria ser transmitido e noticiado, com total soberania norte-americana.

No entanto, não tardou o questionamento da comunidade internacional, especialmente pelos países de Terceiro Mundo, sobre as consequências da “doutrina liberal da circulação de informação”. Com o objetivo de se afirmarem política e economicamente no cenário internacional, países como a Índia, Paquistão, Sri Lanka, Birmânia (atual Myanmar) e Indonésia propuseram a realização da Conferência de Bandung, que aconteceu no ano seguinte e, apesar de defender o anticolonialismo e o neutralismo, não chegou a se configurar como um momento decisivo para reverter a posição de destaque dos Estados Unidos.

A situação permaneceu inalterada até os primeiros anos da década de 60, embora tenham sido realizados encontros como a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em 1961, em Belgrado, que deu início ao movimento dos Países Não Alinhados.

A década de 1970 é marcada por alguns acontecimentos, como a Quarta Reunião do Movimento dos Países Não Alinhados (1973, Argélia), onde se sugeriu que fosse instaurada uma Nova Ordem Econômica Mundial, proposta que foi homologada em maio de 1974 pela Assembleia das Nações Unidas. As diretrizes aprovadas apontavam para o desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo, onde a ONU se comprometia a facilitar a instalação de indústrias e incentivar o desenvolvimento nacional.

Mas a preocupação direcionada ao setor comunicacional só foi oficialmente pautada, em 1976, no Simpósio de Países Não Alinhados, realizado em Túnis, Tunísia. Uma das conclusões desse evento foi que os países participantes deveriam estabelecer uma Nova Ordem Informativa, ideia levada a cabo, no mesmo ano, na Quinta Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinhados, em Colombo. A chamada Nova Ordem Internacional da Informação se transformou, aos poucos, na Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), apresentada como um complemento para a instalação da Nova Ordem Econômica Mundial.

Isso aconteceu porque a Unesco estabeleceu a formação de um grupo de trabalho para estudo dos problemas até então levantados, o que originou a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, presidida pelo irlandês Sean McBride, Prêmio Nobel da Paz. A principal função dessa comissão, que se reuniu pela primeira vez em Paris, em dezembro de 1977, era a de elaborar um relatório a ser analisado na XXI Conferência Geral da UNESCO, marcada para o ano de 1980, em Belgrado.

Entre dezembro de 1977 e novembro de 1979, foram realizadas oito reuniões da Comissão Internacional, integrada por 16 membros, incluindo, por exemplo, o fundador do jornal *Le Monde*, Hubert Beuve-Méry, o colombiano Gabriel García Marques e o tunisiano Mustapha Masmoudi. No próprio prefácio do relatório, que recebeu o nome de seu presidente, Sean McBride escreveu que, embora não houvesse uma tendência única entre os participantes da comissão, todos estavam certos da necessidade de reformas de estrutura no setor da comunicação, uma vez que a ordem até então em vigor era inaceitável (SCHENKEL, 1981).

Os resultados dos estudos feitos pela comissão foram apresentados durante a XXI Conferência Geral da UNESCO, em outubro de 1980, em Belgrado. Entre outras diretrizes, pode-se destacar como ponto prioritário do Relatório Sean McBride a necessidade de eliminação das disparidades na comunicação mundial.

Após as discussões que se travaram acerca do conteúdo do Relatório, os países presentes em Belgrado aprovaram 12 princípios que deveriam nortear a NOMIC. Em resumo, são estas as questões apontadas: eliminação dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizavam a atual situação; supressão dos efeitos negativos de certos monopólios, públicos ou privados, e das concentrações excessivas; eliminação de barreiras internas e externas que se opusessem à livre circulação e a uma difusão mais ampla e equilibrada da informação; pluralidade das fontes e canais de informação; liberdade de imprensa e de informação; melhoria da situação dos países em desenvolvimento, por meio do investimento em equipamentos, funcionários qualificados, infraestrutura e da ajuda dos países desenvolvidos; respeito pela identidade cultural e pelo direito de cada nação informar a opinião pública mundial sobre seus interesses, aspirações e valores culturais e sociais (MCBRIDE, 1983).

Roncagliolo tenta resumir o significado da Nova Ordem: “a NOMIC não é, em essência, outra coisa que a proposta de democratizar este poder da comunicação e, por esta via, democratizar as sociedades.” (1982, p. 199). No entanto, o autor adverte para o fato de que, desde o início, este documento apresentou-se equivocado: ao mesmo tempo que defendia um fluxo livre e equilibrado de informação, apontava o Estado como forma de garantir isso, o que seria impossível, uma vez que os Estados não atuam livres de contradições entre política interna e externa.

O predomínio do Estado, nesse caso, pode ser explicado pelo fato de a discussão em torno do direito e da liberdade de informação, por parte dos países em desenvolvimento, integrar a lista de preocupações em torno da questão nacional.

A luta contra a transnacionalização recupera os temas nacionais, as identidades e as soberanias nacionais, o nacional-popular e o democrático. E o compromisso com a NOMIC pretende dar-lhe viabilidade política, em seu âmbito restrito, neste terreno. (RONCAGLILO, 1982, p. 196).

Apesar da afirmação generalizada de que a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação tenha se tornado um marco no tocante às discussões sobre

o fluxo internacional da informação, variadas ponderações são feitas em torno do documento:

Não só suas propostas para a realização de uma nova ordem limitam-se a destilar generalidades, mas o próprio diagnóstico é pouco prospectivo. Assim, não são levadas em conta inúmeras hipóteses que espocavam na época a propósito das implicações do reordenamento internacional dos sistemas tecnológicos de comunicação e informação. (MATTELART, 1996, p. 214).

Para resumir as principais críticas feitas à NOMIC, especialmente por teóricos latino-americanos, vale frisar que o documento se restringiu muito mais ao nível teórico do que a medidas práticas, as quais viessem, essencialmente, a minimizar ou acabar com a dependência informativa dos países do Terceiro Mundo em relação aos desenvolvidos. De acordo com José Marques de Melo,

[...] foi muito escassa a defesa dos postulados do relatório McBride, o que impediu que a opinião pública tomasse conhecimento acerca das motivações da UNESCO. [...] Na verdade, o debate sobre a NOMIC ficou restrito aos gabinetes ministeriais e aos círculos intelectuais que gravitavam no cenário internacional, sem mobilizar os autênticos líderes da sociedade civil. (1992, p. 49).⁷

Ainda face às inúmeras críticas feitas à Nova Ordem, o relatório redigido pela Comissão presidida por Sean McBride configura-se como o primeiro documento oficial – e respaldado pelas Nações Unidas – no qual a questão do desequilíbrio do fluxo internacional da informação é discutida e pensada numa perspectiva contrária à do domínio dos países de Primeiro Mundo. O documento coloca, portanto, na agenda mundial, a afirmativa de que o acesso aos meios de comunicação e a igualdade na distribuição e recebimento de informações são definidores de um novo quadro mundial de inclusão social, econômica e cultural, pressuposto atual, embora não novo.

Nas décadas que se seguiram, a discussão sobre o fluxo internacional de informações, principalmente de notícias, passou a não mais obter a total atenção dos estudiosos, em um cenário, mais recente, marcado pelo advento da Internet e dos processos de fusão e incorporação de empresas em diversos países, resultando na formação de grandes conglomerados mundiais de comunicação.

⁷ Tradução de Verônica Aravena Cortez.

Colocações de Vilches (1997) ajudam a compreender esse redirecionamento:

A internet permite acessar informação, educação ou entretenimento com um potencial de irresistível atração horizontal, baseado no fato de que qualquer um pode emitir conteúdos, além de recebê-los. Trata-se, portanto, de uma categoria de descentralização ou de comunicação local de serviços totalmente inédita. (VILCHES, 1997, p. 102).

Baldesar (2008) observa que os pesquisadores se propuseram a entender o momento de expansão das tecnologias e a possibilidade da formação de redes democráticas de comunicação, com acesso irrestrito e um fluxo em equilíbrio com as demandas de informações dos públicos.

Até mesmo a ONU – Organização das Nações Unidas - através da UNESCO, órgão das Nações Unidas para a Educação e a Cultura, que na década de 1970 exerceu um papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas em comunicação internacional e na discussão de uma nova ordem mundial informativa, assumiu outras prioridades e colocou o assunto de lado. O avanço da pobreza no mundo, a proliferação dos conflitos étnicos e, principalmente, a epidemia de AIDS na África levam a UNESCO a mudar seu discurso e investir seus esforços em educação e saúde. (BALDESAR, 2008, p. 2).

Delimita-se, assim, um panorama permeado por novas questões, em que variados objetos de estudo emergem na área de comunicação internacional, sem sepultar, por completo, a gênese das reflexões geradas pela NOMIC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do momento da publicação da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação, em 1980, para a atualidade, novas diretrizes redirecionaram a política exterior e as relações internacionais. Os grandes países industrializados passaram a elaborar estratégias de atuação, no campo comunicacional, levando em consideração a complexidade das tecnologias, a multiplicidade de públicos e, ainda, a velocidade dos acontecimentos no cenário mundial.

A globalização da comunicação, no século XX, acrescenta novos contornos ao panorama das sociedades, a exemplo da emergência de conglomerados transnacionais de comunicação como peças centrais no sistema global de comunicação e difusão de

informação, além do impacto social de novas tecnologias, especialmente aquelas associadas à comunicação via satélite.

Esse cenário, especialmente com o advento da Internet, traz múltiplas possibilidades para a divulgação de informações, agora não mais atreladas às empresas do setor ou às agências de notícias. A perspectiva de gerar o contrafluxo e a tentativa de democratizar o fluxo informativo tornam-se reais.

Entretanto, essas possibilidades não se abrem de forma homogênea no mundo. Ainda são perceptíveis as disparidades do fluxo comunicacional como mostram, por exemplo, estudos que investigam o fornecimento de conteúdo e serviços audiovisuais por países centrais para outros de regiões periféricas do globo. A intensidade do envio ou da recepção de conteúdos em cada país, região ou território é diferente e sua variação está associada a aspectos econômicos, políticos, culturais, científicos e tecnológicos. Em regra, o país que detém maior poder econômico e significativa influência política consegue exportar mais conteúdos e serviços para os demais.

As condições em que o mundo se coloca na atualidade tendem a esboçar o quadro de dependência informativa já denunciado por estudos realizados no século passado. Boa parte dos países periféricos ainda apresentam produção midiática que não consegue, de forma efetiva, penetrar no mercado internacional, comportando-se muito mais como receptores do que difusores de conteúdo.

Nesse sentido, é possível observar que a atuação das agências internacionais de notícias, desde seu surgimento, não tem se pautado a partir do compromisso com a difusão de informações que possam gerar uma visão plural acerca das diferentes realidades dos povos e dos países do globo. Ao contrário, a cobertura proporcionada por essas entidades continua marcada por significativa concentração geográfica nas regiões mais ricas do mundo (Europa Ocidental, América do Norte e Japão), com escritórios e profissionais estabelecidos em determinadas cidades, não abrangendo as diversas áreas do Sul Global. Assim, como consequência dessa concentração, são mitigadas as chances de países desfavorecidos economicamente adquirirem a capacidade de equalizar o fluxo de informações.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pedro. Agências de notícias, estado e desenvolvimento: modelos adotados nos países BRICS. **Revista Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2016.

AGUIAR, Pedro. Marx explica a Reuters: economia política das agências de notícias. *In*: SILVA JÚNIOR, José Afonso; ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane; AGUIAR, Pedro (ed.). **Agências de Notícias: perspectivas contemporâneas**. Recife: EdUFPE, 2014.

AGUIAR, Pedro. Mapeamento de Agências de Notícias: localização de correspondentes e escritórios das principais empresas do setor. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 40., 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: INTERCOM, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2466-1.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

AGUIAR, Pedro. Notas para uma história do jornalismo de agências. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Rede Alfredo de Carvalho, 2009. 1 CD-ROM.

ARGUMEDO, Alcira. **Los laberintos de la crisis**. Buenos Aires: Ghandi S.A. Folios Ediciones, 1984.

BALDESSAR, Maria José. **A Ordem Invertida: o fluxo internacional de notícias a partir do advento da internet**. Um estudo exploratório dos websites O Globo, O Estado e JB Online. 2006. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BALDESSAR, Maria José. McLuhan e McBride: duas utopias superadas pela tecnologia e pela Internet. **Revista Ciberlegenda**, ano 10, n. 20, 2008.

BONDHEIM, Menahem. **News over the Wires: the telegraph and the flow of public information in America, 1844-1897**. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 1994.

BOYD-BARRETT, Oliver; THUSSU, Daya. **Contra-Flow in Global News: International and Regional News Exchange Mechanisms**. London: J. Libbey, 1992.

BOYD-BARRETT, Oliver. **The International News Agencies**. Londres: SAGE, 1980.

DANTAS, Marcos. **A Lógica do Capital-Informação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DÍAZ RANGEL, Eleazar. **La información internacional en la America Latina**. Caracas: Monte Avila Latinoamericana, 1991.

- DÍAZ RANGEL, Eleazar. **Pueblos sub-informados**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1966.
- DIAZ RANGEL, Eleazar. **Pueblos Sub-Informados: las agencias de noticias y América Latina**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1967.
- ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 1991.
- FADUL, Anamaria. A internacionalização da mídia brasileira. **Revista Comunicação & Sociedade**, n. 30, p. 67-91, 1998.
- HAJJAR, Babel. **Para ler a guerra na Síria: a construção do consenso na cobertura da mídia global**. 2016. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LAZAREVIĆ, Dragovan; JOVANOVIĆ, Nebojša. **Agencijsko Novinarstvo**. 2. ed. Belgrado: Čigoja, 2008.
- MATTELART, Armand. **Comunicação-Mundo: história das ideias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MATTELART, Armand. Rumo a que nova ordem mundial da informação? *In*: MORAES, D. (ed.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MCBRIDE, Sean. **Um mundo e muitas vozes**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. Relatório da Comissão Internacional para Estudo dos Problemas da Comunicação. UNESCO.
- MELO, José Marques de. Autocrítica para el rescate del NOMIC. **Revista Chasqui**, Quito, n. 41, 1992.
- RONCAGLILOLO, Rafael. A NOMIC: contra-informação e democracia a partir do terceiro mundo. *In*: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (ed.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Intercom/Cortez Editora, 1992.
- SALINAS, Raquel. **Agencias Transnacionales de Información y el Tercer Mundo**. Quito: The Quito Times, 1984.

SCHENKEL, Peter. El informe Mac Bride: entre la realidad y la utopía. **Revista Chasqui**, Quito, n. 1, 1981.

SCHILLER, Herbert. A livre circulação da informação e a dominação mundial. *In*: MATTA, Fernando Reyes (org.). **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SHRIVASTAVA, K. M. **News Agencies: from pigeon to internet**. Nova Délhi: New Dawn Press/Sterling, 2006.

SHRIVASTAVA, K. M. **News Agencies: from pigeon to internet**. Nova Délhi: New Dawn Press/Sterling, 2007.

SOMAVÍA, Juan. A estrutura transnacional de poder e a informação internacional. *In*: WERTHEIN, Jorge (ed.). **Meios de comunicação social: realidade e mito**. São Paulo: Nacional, 1979.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Transmissão cultural e comunicação de massa: o desenvolvimento das indústrias de mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THUSSU, Daya Kishan. **International Communication: continuity and change**. Londres: Hodder Arnold, 2006.

VILCHES, Lorenzo. Globalização comunicativa e efeitos culturais. *In*: MORAES, D. (ed.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOBRE A AUTORA

Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

Jornalista e advogada. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professora do Departamento de Comunicação Social (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Chefe da Unidade de Comunicação Social do Hospital Universitário da UFPI.

E-mail: samanthacastelo@gmail.com

COMO CITAR ESTE ARTIGO

CARVALHO, Samantha Viana Castelo Branco Rocha. As agências de notícias e o fluxo internacional de informação. **Passagens**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 121-143, jan./jun. 2020.

RECEBIDO EM: 12/03/2020

ACEITO EM: 15/04/2020